

Congresso prepara esforço para garantir o recesso

Arquivo 20.02.89

O Congresso Nacional inicia, terça-feira, um esforço concentrado para garantir o início do recesso Legislativo no dia 1º de julho. O senador Nelson Carneiro disse que os deputados e senadores só serão dispensados quando esvaziar a pauta de votação — 68 vetos presidenciais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Um acordo firmado com as lideranças partidárias permitirá a não convocação de sessões da Câmara e do Senado, caso os trabalhos no Congresso exijam mais tempo do que o calculado.

A convocação de um esforço concentrado foi inevitável, pois segundo a Constituição, o Congresso só pode entrar em recesso, no meio do ano, caso a Lei de Diretrizes Orçamentárias já tenha sido apreciada. Como os partidos de oposição tentaram forçar a votação de um projeto sobre política salarial obstruindo a apreciação da LDO, a matéria teve que ser colocada no último item da pauta de votação. Além disso, existem 23 vetos presidenciais que têm preferência na votação, inclusive sobre as Diretrizes Orçamentárias.

O veto que mais tem mobilizado as lideranças partidárias é o que assegurou aos candidatos radialistas a participação em seus programas de rádio e televisão até à véspera da eleição. O projeto remetido a sansão presidencial exigia o afastamento de apresentadores e empresários de comunicação de suas funções quatro meses antes da eleição.

Apesar do projeto original ter mantido a tradição da legislação eleitoral brasileira e de ter sido fruto de um amplo entendimento entre as lideranças partidárias, o presidente Fernando Collor de Mello excluiu esse dispositivo da Lei das Inelegibilidades. Em função da campanha nos Estados e dos interesses difusos, os parlamentares não conseguiram votar esse veto em tempo hábil. Em tom bem-humorado, o líder do PMDB na Câmara ex-radialista, Ibsen Pinheiro (RS), advertiu: "Temos que derrubar esse veto, agora pois na próxima legislatura os radialistas serão maioria na Casa".

Votados os 23 vetos que estão obstruindo a pauta de votação desde ontem, os deputados e senadores ficarão livres para a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já existe um acordo que agilizará a sua apreciação, e por isso está praticamente descartada a hipótese de não haver recesso em julho.

Mas os partidos de oposição, apesar de minoritários, só admitem votar a LDO caso a Câmara aprecie a Lei de Defesa do Consumidor e o projeto de política salarial. "Se isso acontecer, concordamos em ceder todas as sessões da Câmara para reuniões do Congresso", afirmou o deputado Ibsen Pinheiro. Ele acredita que na terça-feira a Defesa do consumidor estará aprovada e, na quarta, — "esta-



O presidente Nelson Carneiro quer acelerar os trabalhos